

CONGRESSO

Dúvida sobre judicializar IOF

Governo aguarda AGU para decidir se recorre ao Supremo em reação à derrubada, pelo Congresso, do decreto que aumenta imposto

» RAPHAEL PATI

O governo aguarda uma resposta da Advocacia-Geral da União para entrar formalmente na Justiça contra a derrubada, pelo Congresso, do decreto que aumentava alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que solicitou à AGU uma análise técnica sobre o Decreto Legislativo 176/25, deve encaminhar, ainda nesta semana, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a derrota.

Em nota divulgada na semana passada, o advogado-geral da União, ministro Jorge Messias, sinalizou ter solicitado, ao Ministério da Fazenda, informações para “embasar os estudos” a respeito da derrubada do decreto do governo no Congresso. “Assim que a análise jurídica for finalizada, a AGU divulgará a decisão adotada”, declarou. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está na linha de frente do grupo de assessores diretos de Lula que é favorável à judicialização.

A queda do decreto do IOF no Congresso representou uma derrota histórica para o governo federal, que lida com um aumento de tensões com o Legislativo e com os setores produtivos, além de enfrentar queda na popularidade em pesquisas recentes. Segundo levantamento do instituto Paraná Pesquisas, divulgado no último dia 24, o governo Lula 3 atingiu a maior reprovação (56,7%) desde o início do mandato, com a aprovação regredindo para 39,8%.

No Congresso, parlamentares

Diogo Zacarias/MF



Haddad é defensor da estratégia de ir ao STF. Ele e outros ministros consideram que o Legislativo usurpou uma função exclusiva do Executivo

estão insatisfeitos com o ritmo de liberação das emendas individuais e de bancada, que são normalmente direcionadas para as bases eleitorais. Deputados e senadores alegam que há um atraso no repasse desses valores, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Para este ano, o Congresso aprovou mais de R\$ 50 bilhões em emendas, sendo que a maior parte corresponde às individuais (R\$ 24,7 bilhões).

Esse descontentamento, na visão de interlocutores do Congresso, foi crucial para a decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB),

ter pautado o projeto que derrubou o decreto, dia 25, com ampla maioria de votos na Câmara (383 votos a favor e 98 contrários) e votação simbólica no Senado, onde apenas o PT fez oposição explícita à medida.

A votação em peso a favor da derrubada do IOF pode ser utilizada como argumento, entre deputados e senadores, para que o Judiciário não interfira na questão. Por outro lado, a posição que o governo deve utilizar para levar a discussão ao STF é o entendimento de que os parlamentares não teriam competência para definir tarifas de impostos — uma prerrogativa do

Poder Executivo, no entendimento da equipe de Lula.

Movimento delicado

Na avaliação de André César, cientista político e sócio da Hold Assessoria, uma ação de inconstitucionalidade deve ser muito bem pensada estrategicamente pelo governo federal, para que não se intensifique ainda mais o cenário político adverso ao Executivo. “Outro elemento importante nessa análise é que o governo Lula está muito enfraquecido. O IOF é um elemento fundamental, mas não é único. Tem muitos elementos que estão

pegando e acho que isso seria cutucar a onça com vara curta”, avalia.

Ainda na visão do especialista, uma insistência do governo no assunto pode prejudicar Haddad ainda mais. Além disso, para o cientista político, o governo carece de representações fortes no Congresso para atuar contra investidas da oposição e do Centrão.

“Falta um José Dirceu (ex-deputado e ex-ministro de Lula em governos anteriores), por exemplo, alguém que fale mais duro, alguém que fale com diversos partidos e tudo mais. A gente está no pior momento desse ambiente entre governo e Congresso, e pode piorar a

» Centrão fica com emendas retidas

O governo não pagou, até o dia 24, nenhuma parte de emendas deste ano a 303 deputados e 44 senadores. Além disso, 76 parlamentares não viram sequer os recursos serem reservados para suas emendas até a véspera da votação do decreto de aumento do IOF — 165 congressistas do Centrão não tiveram qualquer parte das emendas pagas. O governo acelerou a reserva das emendas na terça-feira: até dia 23, empenhara (dinheiro reservado para pagamento) cerca de R\$ 890 milhões. No dia seguinte, esse montante subiu para R\$ 1,7 bilhão. Mas os pagamentos se mantiveram quase no mesmo patamar — R\$ 408 milhões, na segunda, e R\$ 409 milhões, na terça.

partir do que pode acontecer. Então, tem que ser muito bem pensada qualquer ação nesse sentido”, acrescenta o especialista.

Para a advogada tributarista Ana Carolina Monguilod, o governo erra ao insistir na questão do aumento de um imposto de caráter regulatório, para elevar a arrecadação. “Acredito que a sociedade brasileira está reagindo a um processo recorrente de aumento de tributo como resposta a um descontrole do orçamento, descontrole do gasto público. Acho que não só os nossos políticos, como nosso Judiciário, têm que se sensibilizar sobre isso”, observa.

Informe Publicitário

**COMER BEM NA ESCOLA:
QUEREMOS UMA
ALIMENTAÇÃO
nota 10**

ACESSE

POLÍTICOS, PRECISAMOS DE LEIS
QUE GARANTAM ALIMENTOS
SAUDÁVEIS NAS ESCOLAS.
ULTRAPROCESSADOS NÃO DÁ!

ACT
Promoção da Saúde

desiderata

25
FIAN
BRASIL

idec
instituto de defesa
de consumidores